doi.org/10.51891/rease.v12i11.32769

ECOPEDAGOGIA E PRÁTICAS COOPERATIVISTAS: UM ESTUDO SOBRE A COOPERSANTO NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO SUL DE SANTA CATARINA

Eliete Francisca da Silva Farias[1]
Graziela Laurindo[2]
Laércio de Oliveira[3]
Henrique da Silva Correa[4]
Rosani Mattos[5]

RESUMO: O presente artigo analisa as interfaces entre a ecopedagogia e as práticas cooperativistas desenvolvidas pela Cooperativa Agropecuária Santo Antônio dos criadores dos campos públicos de Laguna - SC – COOPERSANTO, localizada no Distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna, no sul do estado de Santa Catarina. Fundada em 1981, a COOPERSANTO desenvolve, ao longo de sua trajetória histórica, atividades que dialogam com os princípios centrais da ecopedagogia. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, o estudo articula os pressupostos teóricos de autores como Francisco Gutierrez, Cruz Prado, Moacir Gadotti e Paulo Freire ao contexto prático da cooperativa, que administra áreas de preservação permanente, manguezais, matas nativas e atividades pecuárias em conformidade com o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os resultados indicam que a COOPERSANTO, embora não utilize explicitamente o termo ecopedagogia, manifesta em sua estrutura organizacional e em suas práticas cotidianas elementos constitutivos desta abordagem pedagógica: o cuidado com o território, a gestão participativa e voluntária, a vocação pública e comunitária e a conservação dos biomas regionais. Conclui-se que cooperativas rurais com perfil socioambiental semelhante ao da COOPERSANTO podem se constituir em espaços privilegiados de ecopedagogia aplicada, contribuindo para a educação ambiental não formal e para o desenvolvimento sustentável do território.

Palavras-chave: COOPERSANTO. Cultura de Cooperação. Equilíbrio Ecológico. Educação Ambiental. Pedagogia da Terra.

[1]Docente do curso de mestrado Veni Creator Christian University. Dra. em ciências da Educação.
[2]Mestra em Educação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Dom Bosco. Professora estatutária de Educação Especial pela Fundação Catarinense de Educação Especial FCEE no CAESP de Laguna Santa Catarina.
[3]Mestrando em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University- Flórida-USA, Especialista em Autismo pela Pólis Civitas. Professor estatutário de Educação Especial pela Fundação Catarinense de Educação Especial FCEE no CAESP de Laguna Santa Catarina.
[4]Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Ciências Econômicas pela UniCesumar. Especialista em Contabilidade Gerencial pela Faculdade Padre João Bagozzi, de Curitiba (PR).
Médico-veterinário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) da Regional de Tubarão Santa Catarina.
[5]Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi. Programa de formação continuada Centro Universitário Barriga Verde - Unibave. Pedagoga – Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Professora estatutária da rede municipal de São Ludgero Santa Catarina.

ABSTRACT: This article analyzes the interfaces between ecopedagogy and cooperative practices developed by the Santo Antônio Agricultural Cooperative of breeders of public fields in Laguna-SC – COOPERSANTO, located in the Ribeirão Pequeno District, municipality of Laguna, in the south of the state of Santa Catarina. Founded in 1981, COOPERSANTO has developed, throughout its history, activities that dialogue with the central principles of ecopedagogy. Through bibliographic review and document analysis, the study articulates the theoretical assumptions of authors such as Francisco Gutierrez, Cruz Prado, Moacir Gadotti, and Paulo Freire to the practical context of the cooperative, which manages permanent preservation areas, mangroves, native forests, and livestock activities in accordance with the Rural Environmental Registry (CAR). The results indicate that COOPERSANTO, although not explicitly using the term ecopedagogy, manifests in its organizational structure and daily practices constitutive elements of this pedagogical approach: care for the territory, participatory and voluntary management, public and community vocation, and conservation of regional biomes. It is concluded that rural cooperatives with a socio-environmental profile similar to that of COOPERSANTO can constitute privileged spaces for applied ecopedagogy, contributing to non-formal environmental education and the sustainable development of the territory.

Keywords: COOPERSANTO. Culture of Cooperation. Ecological Balance. Environmental Education. Pedagogy of the Earth.

1. INTRODUÇÃO

As profundas transformações socioambientais das últimas décadas, marcadas pela crise climática, pela perda acelerada de biodiversidade e pela intensificação dos conflitos em torno do uso e da posse da terra, colocam em evidência a necessidade de novas abordagens pedagógicas que articulem a dimensão educativa ao compromisso ético com o planeta. Nesse contexto, a ecopedagogia emerge como uma perspectiva teórico-metodológica comprometida com a formação de sujeitos capazes de compreender, questionar e transformar suas relações com o meio ambiente e com a sociedade.

Ao mesmo tempo, o cooperativismo, enquanto movimento social e econômico fundamentado na solidariedade, na autogestão e no desenvolvimento coletivo, apresenta-se como uma forma de organização produtiva com potencial para materializar os princípios ecopedagógicos em contextos concretos. A relação entre cooperativas rurais e práticas sustentáveis de uso da terra revela, frequentemente, uma dimensão educativa implícita, que merece ser investigada e sistematizada pela pesquisa acadêmica.

É nesse campo de interseção que se situa a Cooperativa Santo Antônio dos Anjos dos Criadores dos Campos Públicos de Laguna – COOPERSANTO, fundada em 08 de janeiro de 1981, com sede no Distrito de Ribeirão Pequeno, na cidade de Laguna, litoral sul de Santa Catarina. Com mais de quatro décadas de existência, a cooperativa gerencia extensas áreas de

terra que incluem manguezais, matas nativas e áreas de preservação permanente, além de atividades de bovinocultura de cria, recria e engorda, registradas junto ao CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina). Reconhecida como entidade de utilidade pública pelas leis municipais e estaduais, a COOPERSANTO é governada por um quadro administrativo composto exclusivamente por membros voluntários, o que evidencia seu caráter comunitário e solidário.

Diante desse panorama, este artigo parte da seguinte problematização: em que medida as práticas organizacionais e territoriais da COOPERSANTO dialogam com os fundamentos da ecopedagogia? O objetivo geral é analisar as convergências entre os princípios ecopedagógicos e as práticas cooperativistas desenvolvidas pela COOPERSANTO, buscando compreender de que modo essa cooperativa pode ser compreendida como um espaço de educação ambiental não formal.

A relevância do estudo reside tanto na contribuição teórica para o campo da educação ambiental quanto nas implicações práticas para a valorização de experiências cooperativistas rurais como lócus de formação humana e ambiental. A pesquisa adota como procedimento metodológico a revisão bibliográfica sistemática e a análise documental de fontes primárias relativas à COOPERSANTO.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.1 Origens e Conceito da ecopedagogia

A forma como a pedagogia tem sido conduzida ao longo do tempo, bem como sua abordagem tradicional de avaliação, recebe críticas de (GADOTTI, 2008). Por isso, o autor propõe uma nova perspectiva baseada na Ecopedagogia, centrada no cuidado com o meio ambiente e na relação acolhedora do educador com o educando, reforçando valores como coragem e incentivo (Freire, 2002) para promover o desenvolvimento integral do aluno. Nesse contexto, a Ecopedagogia transcende a ideia de ser apenas mais um modelo pedagógico. GADOTTI, (2008) afirma que ela:

> A ecopedagogia está se desenvolvendo, seja como movimento pedagógico, seja como abordagem curricular... Ela só tem sentido como projeto alternativo global, em que a preocupação não está apenas na preservação da natureza (ecologia natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (ecologia social), mas num novo modelo de civilização sustentável, do ponto de vista ecológico (ecologia integral), que implica em uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia (GADOTTI, 2008, p.65-66).

A Ecopedagogia emerge como um movimento político e social impulsionado pela preocupação da população com as questões ambientais. Nesse contexto, ela não se contrapõe à educação ambiental, conforme apontado por (GADOTTI, 2009). Pelo contrário, para a Ecopedagogia, a educação ambiental é entendida como um fundamento essencial. Essa abordagem pedagógica a integra plenamente, adicionando estratégias, propostas e meios que possibilitem sua concretização de forma prática e efetiva (GADOTTI, 2008). Assim, destaca-se a relevância de uma pedagogia voltada para o desenvolvimento sustentável ou de uma Ecopedagogia. Nessa perspectiva, o papel do professor assume uma dimensão político-pedagógica, buscando conscientizar os indivíduos para além dos conteúdos curriculares, promovendo a inclusão da sustentabilidade como elemento central (GADOTTI, 2001).

A ecopedagogia tem suas raízes no campo da educação popular e da pedagogia crítica latino-americana, especialmente nos escritos de Paulo Freire, cuja noção de conscientização e de diálogo transformador fornece as bases epistemológicas sobre as quais a abordagem se desenvolve. Entretanto, foi com Francisco Gutierrez e Cruz Prado que a ecopedagogia adquiriu sistematização conceitual própria, articulando a dimensão pedagógica à questão ecológica de forma mais direta e aprofundada.

Para Gutierrez e Prado (1999), a ecopedagogia não se reduz a uma pedagogia do meio ambiente, mas representa uma pedagogia da Terra, uma abordagem que concebe o planeta como sujeito de direitos e propõe uma relação de reciprocidade e cuidado entre os seres humanos e os demais elementos da natureza. Trata-se de um paradigma pedagógico que questiona as bases do modelo civilizatório vigente e propõe um projeto alternativo de existência fundado na sustentabilidade, na diversidade e na solidariedade.

Gadotti (2000), um dos principais interlocutores brasileiros desse movimento, acrescenta à ecopedagogia a dimensão utópica, compreendida não como fantasia irrealizável, mas como horizonte de transformação social necessário. Para Gadotti, a ecopedagogia é também uma pedagogia da esperança, que mobiliza coletividades em direção a um futuro ecologicamente viável e socialmente justo. Essa perspectiva encontra ressonância profunda na tradição freireana, na qual a esperança não é ingenuidade, mas condição necessária para a práxis transformadora.

2.1.2 Princípios Fundamentais

Os princípios que constituem a ecopedagogia podem ser sistematizados em torno de eixos temáticos que orientam tanto sua dimensão teórica quanto sua aplicação prática. O primeiro princípio é o da sustentabilidade, entendida não apenas em sua dimensão ecológica, mas também social, cultural e econômica. Para a ecopedagogia, uma educação verdadeiramente sustentável é aquela que promove a vida em todas as suas manifestações e que garante às gerações futuras a possibilidade de existir com dignidade.

O segundo princípio é o do sentido e da cotidianidade, segundo o qual a aprendizagem ecológica ocorre fundamentalmente na experiência vivida, nas práticas cotidianas de relação com o mundo natural e social. A ecopedagogia valoriza os saberes que emergem do território, do trabalho com a terra, das tradições culturais locais e das formas de organização comunitária. Esse princípio estabelece uma conexão direta com as práticas das cooperativas rurais, nas quais o saber-fazer agrícola constitui um patrimônio pedagógico de grande riqueza.

O terceiro princípio é o da participação e da democracia, que se traduz na valorização dos processos coletivos de tomada de decisão, no reconhecimento da pluralidade de vozes e perspectivas e no fortalecimento da cidadania ativa. A ecopedagogia é, nesse sentido, intrinsecamente democrática e incompatível com formas autoritárias de gestão dos bens comuns. O quarto princípio, por fim, é o da diversidade, que abrange tanto a biodiversidade quanto a sociodiversidade, compreendendo a riqueza dos ecossistemas como inseparável da riqueza das culturas e dos modos de vida humanos.

2.1.3 Ecopedagogia e Educação Não Formal

A ecopedagogia não está circunscrita aos espaços formais de educação, como escolas e universidades. Ao contrário, alguns de seus pensadores mais influentes destacam que os processos ecopedagógicos mais significativos ocorrem frequentemente em contextos de educação não formal, como movimentos sociais, organizações comunitárias, cooperativas e grupos culturais. Nesses espaços, a aprendizagem está inserida na vida real, articulada às necessidades e desafios concretos das comunidades.

Conforme aponta Torres (2010), a educação não formal apresenta características que a tornam particularmente receptiva aos princípios ecopedagógicos: ela é voluntária, acontece em espaços abertos, respeita os saberes dos participantes, valoriza a diversidade cultural e está orientada para a transformação das práticas concretas. Uma cooperativa rural que gerencia

territórios biodiversos e organiza suas atividades com base em princípios de solidariedade e autogestão constitui, portanto, um espaço privilegiado de ecopedagogia não formal.

2.2. COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

2.2.1 O Cooperativismo como Projeto Ético-Político

A cooperação e o cooperativismo não são palavras sinônimas. Entretanto, o termo cooperação tem sido geralmente usado: como equivalente de cooperativismo. É o que se verifica em Gide, Gaumont, Lavergne, Lasserre, Poison, Broukère, Totomianz, Borea, para citar apenas alguns exemplos e também autores brasileiros tais como Saturnino Brito, Srandy Raposo, Valdiki Moura e outros; e, embora com menos frequência, como equivalente de cooperativa.

A autora definiu o cooperativismo e a cooperativa como:

> Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados "Princípios dos Pioneiros de Rochdale": adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p.8).

O cooperativismo emerge como um movimento social próprio de um determinado momento da história do capitalismo, mais especificamente entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Nesse período, o conflito entre capital e trabalho chegou ao seu auge, e as condições precárias de vida enfrentadas pela classe trabalhadora impulsionaram figuras como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882), todos representantes do socialismo utópico, a sugerirem alternativas ao individualismo dominante: o cooperativismo como ideal coletivo e a cooperativa como modelo organizacional distinto da empresa capitalista. A partir dessas iniciativas, a classe trabalhadora começou a se mobilizar para lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Foi nesse contexto que surgiram associações, sindicatos, partidos políticos voltados aos interesses dos trabalhadores e, em especial, as cooperativas.

O cooperativismo é um movimento social e econômico nascido no século XIX como resposta às contradições do capitalismo industrial, buscando construir formas alternativas de organização produtiva baseadas na ajuda mútua, na democracia participativa e na distribuição

equitativa dos benefícios entre os membros. Os Princípios Cooperativistas, formulados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), incluem a adesão voluntária e livre, a gestão democrática pelos membros, a participação econômica dos membros, a autonomia e independência, a educação, formação e informação, a intercooperação e o interesse pela comunidade.

É notável que o sétimo princípio, o interesse pela comunidade estabelece explicitamente que as cooperativas devem trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Esse princípio introduz no coração do cooperativismo uma preocupação que é também central à ecopedagogia: a responsabilidade com o território, com o ambiente e com as gerações futuras. Essa convergência não é acidental, pois ambos os movimentos partilham raízes filosóficas que remetem à tradição humanista, à ética da solidariedade e à crítica às formas predatórias de exploração da natureza e do trabalho.

2.2.2 Cooperativas Rurais e Gestão Ambiental

As cooperativas rurais ocupam um lugar estratégico na relação entre cooperativismo e sustentabilidade, uma vez que seu objeto principal, a produção agropecuária implica necessariamente uma relação direta com os ecossistemas. A forma como uma cooperativa rural gerencia seus territórios, decide sobre o uso do solo, preserva nascentes e matas ciliares e trata os resíduos de sua produção revela, concretamente, sua orientação ético-ambiental.

Estudos recentes sobre cooperativas rurais no Sul do Brasil têm identificado a emergência de práticas que articulam produção agropecuária e conservação ambiental, evidenciando que a forma cooperativa de organização tende a favorecer abordagens mais sustentáveis do uso da terra em comparação com formas individuais ou empresariais de produção. Isso se deve, em parte, ao caráter coletivo da tomada de decisão, que favorece a consideração de interesses de longo prazo e a incorporação de valores não estritamente econômicos na gestão dos territórios.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa é qualitativa e de caráter descritivo-exploratório, estruturada como um estudo de caso único, tendo a COOPERSANTO como unidade de análise. A escolha pelo estudo de caso se justifica por permitir uma compreensão aprofundada de um fenômeno específico, situado em seu contexto real, o que é adequado ao

objetivo de investigar como princípios ecopedagógicos se manifestam nas práticas concretas de uma cooperativa rural. O delineamento combina dois procedimentos complementares: a revisão bibliográfica, voltada à construção do referencial teórico sobre ecopedagogia e cooperativismo, e a análise documental, voltada à caracterização institucional, territorial e socioambiental da COOPERSANTO.

A revisão bibliográfica foi conduzida a partir das bases de dados do Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, com o uso dos descritores "ecopedagogia", "cooperativismo rural", "educação ambiental não formal", combinados por meio de operadores booleanos. Foram incluídos na revisão os textos que tratam diretamente dos fundamentos teóricos da ecopedagogia, do cooperativismo como projeto ético-político e da relação entre cooperativas rurais e gestão ambiental, priorizando-se as obras de referência de Paulo Freire, Francisco Gutiérrez, Cruz Prado e Moacir Gadotti. Foram excluídos os textos que, embora recuperados pela busca, não guardavam relação direta com os eixos temáticos do estudo.

A análise documental, por sua vez, teve como fontes primárias documentos institucionais da COOPERSANTO, entre os quais se incluem o Estatuto Social, as atas de assembleias, os registros junto à CIDASC, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Escritura de Retificação nº 00307, a Matrícula nº 3.221 e as leis municipal e estadual de declaração de utilidade pública, correspondentes ao período de 1980 a 2026. A seleção desses documentos teve como critérios a disponibilidade, o acesso autorizado pela diretoria da cooperativa e a relevância das informações para a caracterização territorial e socioambiental da instituição.

Os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da análise documental foram organizados e categorizados a partir dos princípios fundamentais da ecopedagogia e dos elementos identificados nos documentos institucionais e territoriais da COOPERSANTO, tais como a gestão voluntária, a preservação de áreas de manguezal e de mata nativa, a realização de mutirões e o reconhecimento como entidade de utilidade pública. Cada um desses elementos foi relacionado a um ou mais eixos da ecopedagogia, o que permitiu estabelecer, de forma sistemática, as aproximações entre a revisão bibliográfica e as práticas concretas da cooperativa.

Os achados provenientes da análise documental corroboram com os resultados da revisão bibliográfica, especificamente a caracterização da ecopedagogia e as práticas cooperativistas, descritas na seção 4 nos resultados, na seção 5 na discussão e concluindo na seção 6 nas considerações finis.

4. RESULTADOS: A COOPERSANTO – HISTÓRIA, TERRITÓRIO E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Esta seção apresenta os resultados obtidos por meio da análise documental, descrevendo a caracterização institucional da COOPERSANTO, seu território e suas práticas socioambientais, tal como registradas em seus documentos oficiais. A interpretação desses resultados à luz do referencial teórico da ecopedagogia é apresentada na seção 4, dedicada à discussão.

4.1 Histórico e Caracterização Institucional

A Cooperativa COOPERSANTO iniciou suas atividades em 29 de junho de 1980, sendo fundada formalmente em 08 de janeiro de 1981. Desde então, desenvolve suas atividades na localidade de Madre, Distrito de Ribeirão Pequeno, no município de Laguna, litoral sul de Santa Catarina. Registrada sob o CNPJ/MF nº 75.405.183/0001-24, com Inscrição Estadual 20091578728 e NIRE 4240000416-4, a cooperativa também possui registro no INCRA/CCIR sob o número 951 110 552 348 0.

Reconhecida como entidade de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1487/2011 e pela Lei Estadual nº 18.269/12/2021, a COOPERSANTO possui um status jurídico que a diferencia das cooperativas exclusivamente mercantis, conferindo-lhe um caráter de serviço público à coletividade. Esse reconhecimento reflete a avaliação do poder público de que a cooperativa exerce funções socialmente relevantes para a comunidade local e regional, o que inclui, implicitamente, sua contribuição para a preservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável do território.

A estrutura administrativa da COOPERSANTO é composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, além de seis conselheiros fiscais e três conselheiros educativos, todos os membros atuando em regime de voluntariado. Essa característica é particularmente significativa do ponto de vista ecopedagógico, pois o voluntariado representa uma forma de engajamento que transcende a lógica mercantil e expressa um compromisso com valores comunitários e socioambientais. A presença de conselheiros educativos no quadro administrativo indica, ademais, que a dimensão formativa e pedagógica é formalmente reconhecida como parte integrante da missão da cooperativa.

4.2 O Território da COOPERSANTO: Diversidade Ecológica e Potencial Pedagógico

O patrimônio territorial da COOPERSANTO constitui um dos seus elementos mais significativos tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental e pedagógico. A cooperativa administra dois grandes blocos de terras, denominados Área 01 e Área 02, com características ecológicas distintas e complementares.

A Área 01, denominada Patural, localizada no Bairro Parobé, possui uma extensão total de 719.840 hectares, dos quais 119.255 hectares correspondem a área de preservação permanente (APP), conforme o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse território é notável pela presença de uma das maiores áreas de manguezal da região sul de Santa Catarina. O manguezal é um ecossistema de extraordinária importância ecológica: berçário natural de espécies marinhas, filtro biológico de poluentes, regulador dos fluxos hídricos costeiros e um dos ecossistemas com maior capacidade de sequestro de carbono do planeta. A COOPERSANTO, ao manter intacta essa área de manguezal, preserva um patrimônio ambiental de incalculável valor ecológico e um potencial ativo de crédito de carbono com relevância econômica crescente no contexto das políticas de enfrentamento à mudança climática.

A Área 02, denominada Era, localizada no Bairro Madre, possui extensão de 479.954 hectares, com 83.403 hectares de área de preservação permanente (APP) conforme o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Localizada na margem do Rio Tubarão, essa área apresenta matas nativas ciliares que desempenham função protetora dos recursos hídricos e abrigam diversidade de espécies da Mata Atlântica.

Vale ressaltar que, as áreas da COOPERSANTO totalizam 1.199,794 hectares, conforme Escritura de Rerraticação nº 00307, Livro 036, fls. 193/197, da Escrivania de Paz do Distrito de Ribeirão Pequeno, Laguna /SC e Matricula nº 3.221, do Livro nº 2-N, de fls. 145, do CRI da Comarca de Laguna.

É nessas áreas que, a Coopersanto reúne produtores da região dedicados à bovinocultura de cria, recria e engorda, com o rebanho devidamente registrado junto à CIDASC. Esse dado, à primeira vista burocrático, apresentam algo relevante sobre a forma como esses produtores compreendem sua própria atividade: não se trata apenas de criar e comercializar gado, mas de fazê-lo dentro de uma lógica organizada, rastreável e que confere segurança tanto a quem produz quanto a quem adquire o produto final. Além de ser importante para a economia regional, a pecuária constitui uma atividade profundamente cultural na região, transmitida entre gerações e incorporada ao modo de vida das famílias rurais.

Esse registro também tem um peso que vai além do próprio negócio. Quando o rebanho é acompanhado e controlado dessa maneira, fica mais fácil monitorar a sanidade animal, prevenir a disseminação de doenças e garantir que a carne que chega à mesa das pessoas passou por todas as etapas de controle necessárias. É, no fundo, um cuidado que protege não só quem trabalha na produção, mas toda a comunidade que depende desses alimentos, um compromisso silencioso com a saúde pública, que muitas vezes passa despercebido, mas que faz toda a diferença. Os associados, com frequência vizinhos ou mesmo parentes que compartilham a mesma extensão de terra, encontram na cooperativa uma estrutura de cooperação que fortalece coletivamente sua posição: maior poder de negociação na venda e um espaço constante de troca de experiências sobre manejo, pastagem e sanidade animal. Os saberes, as práticas de manejo e a relação com a terra e com os animais representam um patrimônio coletivo que fortalece a identidade local e evidencia o papel da bovinocultura não apenas como fonte de renda, mas também como expressão das tradições e da história da comunidade.

Ademais, é possível conciliar a atividade pecuária com o cuidado ambiental, sem que uma dimensão comprometa a outra. Nas propriedades associadas à Coopersanto, essa conciliação se manifesta na prática, por meio de pastagens manejadas com mais critério, do respeito às áreas de preservação permanente e de um ciclo de cria, recria e engorda planejado de modo a não comprometer a qualidade do solo nem os recursos hídricos da região. É esse equilíbrio entre produção e preservação dos elementos que sustentam a própria atividade produtiva a longo prazo que permite situar a cooperativa no campo daquilo que hoje se convencionou chamar de agroecologia. Não se trata de uma bandeira ideológica, mas de uma estratégia concreta voltada à continuidade da atividade para as próximas gerações de produtores. As atividades de bovinocultura desenvolvidas nessas áreas, com animais registrados na CIDASC, indicam a coexistência de produção agropecuária e conservação ambiental no mesmo território, um desafio central das práticas agroecológicas contemporâneas.

4.3 Práticas Socioambientais e Dimensão Ecopedagógica

A análise das práticas da COOPERSANTO permite identificar múltiplas dimensões de convergência com os princípios ecopedagógicos. A primeira delas é a preservação ativa do território. Ao manter extensas áreas de preservação permanente em conformidade com a legislação ambiental, a cooperativa não apenas cumpre uma obrigação legal, mas demonstra um comprometimento ativo com a conservação dos ecossistemas que vai além do mero

cumprimento normativo. A preservação dos manguezais e das matas ciliares representa uma escolha coletiva que reflete valores ambientais incorporados à cultura organizacional da cooperativa.

A segunda dimensão é a gestão participativa e comunitária. A estrutura de governança voluntária da COOPERSANTO, com sua base democrática e sua orientação para o interesse público, constitui em si mesma uma prática ecopedagógica, na medida em que forma sujeitos comprometidos com o bem comum e com a responsabilidade coletiva pela gestão dos recursos naturais. A participação voluntária na gestão de um território biodiverso implica um processo contínuo de aprendizagem sobre ecossistemas, legislação ambiental, técnicas de manejo sustentável e práticas de conservação.

A terceira dimensão é o potencial educativo do território. As áreas administradas pela COOPERSANTO – com seus manguezais, matas nativas, áreas de produção pecuária e margens de rio constituem um laboratório natural de extraordinário valor pedagógico. Esses espaços permitem experiências educativas concretas sobre biodiversidade, ciclos ecológicos, relações entre produção humana e preservação ambiental, e sobre a importância dos serviços ecossistêmicos para o bem-estar das comunidades.

Vale destacar também os mutirões realizados na COOPERSANTO, que reforçam esse caráter educativo do território de um jeito bem prático. Quando os associados se reúne para fazer benfeitorias rurais (cercas, currais, taludes e manejo dos animais), cuidados com a saúde animal e seus habitats natural, para limpar as margens do rio, recuperar uma área degradada ou cuidar do manguezal, não se trata só de um trabalho braçal: é um momento de aprendizado coletivo, onde o conhecimento sobre o território passa de mão em mão, de geração em geração. Essas ações mostram na prática como o cuidado com o meio ambiente depende do esforço conjunto, e ajudam a fortalecer os laços entre os cooperados. É nesse tipo de vivência, mais do que em qualquer explicação teórica, que as pessoas entendem de verdade o valor de proteger esses espaços. A proximidade com esses ecossistemas, possibilitada pela existência da cooperativa, representa um recurso pedagógico incomparável para a comunidade local.

5. DISCUSSÃO: INTERFACES ENTRE ECOPEDAGOGIA E AS PRÁTICAS DA COOPERSANTO

Com base nos resultados apresentados na seção anterior, esta seção discute as aproximações entre os princípios da ecopedagogia, sistematizados na seção 2, e as práticas da COOPERSANTO. Analisam-se, em sequência, a Terra como espaço pedagógico, o potencial

de créditos de carbono como argumento ecopedagógico e o voluntariado como prática formativa, seguidos de uma reflexão sobre as potencialidades e os desafios de uma ecopedagogia cooperativista.

5.1 A Terra como Espaço Pedagógico

Um dos conceitos centrais da ecopedagogia é a noção da Terra como sujeito pedagógico não apenas como objeto de estudo ou recurso a ser explorado, mas como interlocutora ativa dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, a relação cotidiana com a terra, com os animais, com as plantas e com os corpos d'água que caracteriza o trabalho nas áreas da COOPERSANTO constitui em si mesma um processo formativo de grande profundidade.

Os cooperados que trabalham nesse território desenvolvem, ao longo do tempo, formas de leitura do ambiente que integram conhecimentos técnicos, saberes tradicionais e sensibilidade ecológica. Observar as marés nos manguezais, acompanhar as variações sazonais das matas ciliares, manejar o gado em harmonia com os ciclos naturais da pastagem, essas práticas constituem formas de aprendizagem enraizadas na experiência direta com o território, que é exatamente o tipo de aprendizagem que a ecopedagogia busca valorizar e potencializar.

5.2 Crédito de Carbono e Sustentabilidade Econômica: Uma Perspectiva Ecopedagógica

Uma dimensão particularmente inovadora das práticas da COOPERSANTO refere-se ao potencial de geração de créditos de carbono a partir da preservação dos manguezais. Os manguezais são reconhecidos pela ciência como um dos ecossistemas de maior capacidade de sequestro e armazenamento de carbono na biosfera terrestre, com estimativas que indicam uma capacidade de estoque muito superior à das florestas tropicais em relação à área de superfície.

Corroborando com o arcabouço jurídico-ambiental brasileiro, a Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), estabelecendo a base regulatória para o desenvolvimento do mercado brasileiro de carbono e para a implementação de mecanismos de redução e controle das emissões de gases de efeito estufa, além da conservação e restauração da vegetação nativa e da comercialização de ativos ambientais. Nesse cenário, o mercado regulado e o mercado voluntário de carbono são mecanismos distintos, mas ambos estão relacionados aos esforços para mitigar as mudanças climáticas. No contexto do mercado voluntário, Chagas, Streck e Trouwloon (2026) examinam

as chamadas contribution claims, discutindo como os investimentos em mitigação podem ser apresentados no contexto das alegações climáticas e a integridade ambiental deste mercado.

Essa Lei representa um marco significativo para o avanço do mercado de créditos de carbono no Brasil. A seguir, confira alguns dos principais pontos normativos abordados no capítulo I:

> Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se (...)
> IV - Certificador de projetos ou programas de crédito de carbono: entidade detentora de metodologias de certificação de crédito de carbono que verifica a aplicação dessas metodologias, dispondo de critérios de monitoramento, relato e verificação para projetos ou programas de redução de emissões ou remoção de GEE;
> [...] VII - crédito de carbono: ativo transacionável, autônomo, com natureza jurídica de fruto civil no caso de créditos de carbono florestais de preservação ou de reflorestamento (...) representativo de efetiva retenção, redução de emissões ou remoção de 1 tCO_2eq.
> (...) obtido a partir de projetos ou programas de retenção, redução ou remoção de GEE, realizado por entidade pública ou privada, submetidos a metodologias nacionais ou internacionais que adotem critérios e regras para mensuração, relato e verificação de emissões, externos ao SBCE;
> VIII - desenvolvedor de projetos de créditos de carbono ou de CRVE: pessoa jurídica, admitida a pluralidade, que implementa, com base em uma metodologia, por meio de custeio, prestação de assistência técnica ou de outra maneira, projeto de 46 geração de crédito de carbono ou CRVE, em associação com seu gerador nos casos em que o desenvolvedor e o gerador sejam distintos;
> [...] XIX - mercado voluntário: ambiente caracterizado por transações de créditos de carbono ou de ativos integrantes do SBCE voluntariamente estabelecidas entre as partes, para fins de compensação voluntária de emissões de GEE, e que não geram ajustes correspondentes na contabilidade nacional de emissões, ressalvado o disposto no art. 51 desta Lei;
> [...] XXVI - programas jurisdicionais "REDD+ abordagem de mercado": políticas e incentivos positivos para atividades relacionadas à redução de emissão por desmatamento e degradação florestal e ao aumento de estoques de carbono por regeneração natural da vegetação nativa, em escala nacional ou estadual, amplamente divulgados, passíveis de recebimento de pagamentos por meio de abordagem de mercado, incluindo captação no mercado voluntário (...) (BRASIL, 2024).

Além disso, o documento apresenta os princípios e características do SBCE, destacando seu propósito de promover a harmonização e coordenação com a Política Nacional das Mudanças Climáticas (PNMC), bem como o alinhamento à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Entre seus princípios fundamentais estão a transparência, a previsibilidade e a segurança jurídica, além da promoção da competitividade da economia brasileira, a redução de custos de forma eficiente, a equidade climática, a conservação e a restauração ambiental, entre outros aspectos relevantes.

A perspectiva de monetizar esse serviço ecossistêmico por meio do mercado de crédito de carbono introduz uma nova dimensão na relação entre preservação ambiental e sustentabilidade econômica da cooperativa. Do ponto de vista ecopedagógico, essa articulação é significativa porque demonstra concretamente que a preservação da natureza pode ser

economicamente viável e que existem alternativas à exploração predatória dos recursos naturais. Essa demonstração prática constitui um argumento pedagógico de grande poder: ela mostra, com dados reais e exemplos concretos, que é possível construir modelos econômicos que harmonizem produção, preservação e bem-estar comunitário.

5.3 O Voluntariado como Prática Ecopedagógica

A dimensão do voluntariado na gestão da COOPERSANTO merece uma análise mais aprofundada sob a perspectiva ecopedagógica. O fato de que todos os membros do quadro administrativo – presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, seis conselheiros fiscais e três conselheiros educativos – atuem em regime voluntário é uma característica organizacional de grande significância pedagógica.

O voluntariado, entendido como engajamento gratuito e motivado por valores compartilhados, representa uma forma de educação em si mesma. Ao assumir responsabilidades de gestão de um território biodiverso sem remuneração financeira, esses sujeitos expressam e ao mesmo tempo fortalecem valores de solidariedade, responsabilidade coletiva e compromisso com o bem comum que são centrais à visão ecopedagógica de mundo. A dedicação voluntária à gestão de áreas de preservação permanente, manguezais e matas nativas manifesta concretamente o que Gutierrez e Prado (1999) denominam de ética do cuidado uma disposição afetiva e intelectual de responsabilidade pelos seres vivos e pelos ecossistemas.

5.4 Possibilidades e Desafios para uma Ecopedagogia Cooperativista

A análise das práticas da COOPERSANTO revela um conjunto de potencialidades para o desenvolvimento de uma ecopedagogia cooperativista sistematizada. A primeira potencialidade é a existência de um território ecologicamente diverso que oferece condições excepcionais para atividades de educação ambiental in loco, com manguezais, matas nativas, áreas de pastagem e margens de rio acessíveis e manejadas pela cooperativa.

A segunda potencialidade é a presença de um quadro de conselheiros educativos no organograma da cooperativa, o que indica uma abertura institucional para a incorporação de atividades formativas no escopo das práticas cooperativistas. A formalização do papel educativo na estrutura organizacional cria condições favoráveis para o desenvolvimento de programas de educação ambiental destinados aos próprios cooperados, às comunidades vizinhas e a estudantes de diferentes níveis de ensino.

A terceira potencialidade é o reconhecimento como entidade de utilidade pública, que posiciona a COOPERSANTO como um ator de responsabilidade pública no território, criando condições para parcerias com prefeituras, secretarias de educação, universidades e organizações não governamentais interessadas em desenvolver programas de educação ambiental e sustentabilidade.

Ao lado das potencialidades, existem desafios significativos a superar para que a COOPERSANTO possa desenvolver plenamente seu potencial ecopedagógico. O primeiro desafio é a sistematização e explicitação dos saberes ecológicos acumulados pelos cooperados ao longo das décadas de convivência com o território. Esses saberes existem, mas muitas vezes permanecem implícitos e não sistematizados, o que dificulta sua transmissão e sua incorporação em processos educativos formalizados.

O segundo desafio é a construção de pontes entre o conhecimento tradicional dos cooperados e o conhecimento científico produzido pelas universidades e centros de pesquisa sobre os ecossistemas da região. A ecopedagogia valoriza ambas as formas de conhecimento e propõe uma relação de diálogo e complementaridade entre elas, mas essa articulação requer esforço deliberado e mediação institucional qualificada.

O terceiro desafio é a mobilização de recursos financeiros, humanos e institucionais para o desenvolvimento de programas educativos que aproveitem o potencial pedagógico do território da cooperativa. O voluntariado, embora expressivo do ponto de vista ético, tem limites em termos de disponibilidade de tempo e de capacidade técnica para o desenvolvimento de atividades educativas complexas, o que torna necessária a busca de apoio externo e de parcerias estratégicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar as profundas convergências entre os princípios da ecopedagogia e as práticas socioambientais desenvolvidas pela COOPERSANTO ao longo de suas mais de quatro décadas de existência. A análise realizada permite concluir que a cooperativa, embora não utilize explicitamente o repertório conceitual da ecopedagogia, desenvolve práticas que dialogam substancialmente com os fundamentos teóricos dessa perspectiva pedagógica.

A preservação dos manguezais e das matas nativas nas áreas de preservação permanente, a gestão democrática e voluntária do território, o reconhecimento como entidade

de utilidade pública, a presença de conselheiros educativos na estrutura organizacional e o potencial de geração de créditos de carbono como instrumento de sustentabilidade econômica todos esses elementos configuram uma experiência cooperativista com marcante dimensão ecopedagógica, digna de sistematização e divulgação no campo acadêmico.

A partir das análises realizadas, argumenta-se que cooperativas rurais com perfil socioambiental semelhante ao da COOPERSANTO constituem espaços privilegiados para o desenvolvimento da ecopedagogia aplicada, contribuindo para a formação de sujeitos ecologicamente conscientes e para o fortalecimento de práticas de desenvolvimento territorial sustentável. A pesquisa sugere a necessidade de estudos futuros que aprofundem a análise empírica das práticas educativas da COOPERSANTO, incluindo a realização de entrevistas com cooperados, lideranças comunitárias e atores institucionais parceiros, além de levantamentos sobre a percepção dos membros em relação às questões ambientais.

Conclui-se que a COOPERSANTO representa muito mais do que uma cooperativa agropecuária: ela é um projeto coletivo de construção de alternativas sustentáveis de uso e gestão do território, fundamentado em valores de solidariedade, responsabilidade ambiental e compromisso com o bem comum. Nesse sentido, ela encarna, na prática concreta de um território específico do sul catarinense, os princípios que a ecopedagogia propõe como fundamento de uma nova relação entre os seres humanos e o planeta que habitam.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Princípios cooperativistas. Genebra: ACI, 1995. Disponível em: https://www.ica.coop. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024. Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1548579&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: Nov. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 72. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade. In: TORRES, Carlos

Alberto (Org.). Educação, poder e biografia pessoal. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 65-80. **GADOTTI, Moacir.** *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.* São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. **GADOTTI, Moacir.** *Educação e meio ambiente.* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. **GADOTTI, Moacir.** *Pedagogia da Terra.* São Paulo: Peirópolis, 2001.

GUTIERREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e cidadania planetária. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1999.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

NAESS, Arne. Ecology, community and lifestyle. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Anuário do cooperativismo brasileiro 2023. Brasília: OCB, 2023.

PINHO, Diva. Benevidas. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 15.812, de 2012. Declara de utilidade pública a Cooperativa Agropecuária Santo Antônio – COOPERSANTO. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2012.

CHAGAS, Thiago; STRECK, Charlotte; TROUWLOON, Danick. **Ensuring environmental integrity of voluntary carbon market claims: understanding and framing VCM contribution claims.** *Climate Policy*, v. 26, n. 7, p. 1129-1145, 2026. DOI: https://doi.org/10.1080/14693062.2025.2557234.

TORRES, Carlos Alberto. Globalização e educação: reflexões sobre o papel do Estado, da sociedade civil e da escola. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen; GANDIN, Luís Armando (Org.). Sociologia da educação: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2010. p. 48-62.

TRISTÃO, Martha. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago. 2005.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.